



ATA DA 36ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Aos trinta e um dias do mês de outubro de 2025, às 14h, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente na sala de reunião da Secretaria de Planejamento Urbano, localizada no prédio da Prefeitura de Mauá. Estiveram presentes: José Rogério Moreira Santana, Katia Regina dos Santos, Roberto Bergamaschi, João Sandro dos Santos, Pollyana Ferreira da Silva, Osmar dos Santos, Waldecir Gonçalves Soares e Maria Mônica M. dos Santos. O senhor Rogério deu início à reunião e informou que Jorge Muto, da Aepis; Patricia Martin, da Futura Consultoria; e Renato Silva, do Sindicato dos Químicos, haviam justificado suas ausências. Em seguida, ele informou que uma discussão levantada na reunião anterior, realizada em 26 de setembro de 2025, dizia respeito ao recebimento, pela Gruta Santa Luzia, de mudas de espécies que não eram nativas. Ele então esclareceu: "Encaminhamos um e-mail ao setor de Parques e Jardins, aos cuidados do senhor Claret, solicitando que ele fundamente e justifique esse registro. Estamos aguardando sua resposta e, assim que a recebermos, apresentaremos na próxima reunião." Outra questão tratada foi a respeito dos TCA's. Foi informado que o regimento está sendo seguido e que não é possível prever a finalização dos Termos de Compensação Ambiental. No entanto, os processos estão disponíveis para consulta por qualquer membro que deseje analisá-los. Explicou-se ainda que não é viável detalhar esses processos em ata, pois geralmente são muito extensos e apresentam andamento lento. Isso ocorre porque, após a emissão da autorização de supressão, a legislação estabelece um prazo de 180 dias para que o responsável cumpra as exigências, o que acaba gerando morosidade. A conselheira Pollyana pediu a palavra e esclareceu: "Em relação ao detalhamento do relatório, já houve uma melhora nas tabelas apresentadas; agora conseguimos compreender melhor e avaliar. O que eu mencionei na última reunião foi a questão da votação, pois não havíamos colocado em votação. Sobre os TCA's, destaquei também que está havendo mais entrega de mudas do que efetivamente o plantio." O senhor Rogério respondeu dizendo que o decreto municipal de compensação ambiental está passando por revisões em alguns pontos, pois anteriormente o município não atendia processos de supressão em estágio inicial e médio de vegetação nativa da Mata Atlântica. Ele explicou que, desde 2018, o CONSEMA, por



FOLHA DE INFORMAÇÃO

meio de resolução, transferiu essa atribuição ao município, motivo pelo qual o decreto está sendo atualizado e alguns aspectos estão sendo reavaliados. Esclareceu ainda que, de modo geral, na licença ambiental a prioridade é o plantio. Entretanto, quando um empreendedor realiza supressão para implantação de um galpão — empreendimento que gera empregos e desenvolvimento — muitas vezes ele não possui área disponível para realizar o plantio. Nesses casos, existem outras alternativas: a doação de mudas ao município ou o depósito em pecúnia no Fundo Municipal de Meio Ambiente. Caso o empreendedor opte pelo depósito em pecúnia, o processo deve ser submetido ao Conselho, para que os conselheiros apreciem e tomem ciência do valor que será destinado ao Fundo. Rogério destacou que, quando o empreendedor não dispõe de área para plantio, a doação de mudas também é uma alternativa importante. O poder público avalia o estoque de mudas disponíveis e as compensações que precisam ser executadas. Como exemplo, mencionou que está em andamento uma compensação da CETESB — acompanhada pelo servidor Tiago — envolvendo pouco mais de mil mudas, que estão sendo plantadas no Jardim Itaussu. Informou também que há outras três compensações vinculadas a obras públicas, incluindo a da Estação Central, do Itapark e mais algumas que ainda serão executadas. No total, a previsão é alcançar aproximadamente cinco mil mudas plantadas. Ele concluiu afirmando que a doação de mudas auxilia significativamente, pois muitos empreendedores não possuem área disponível para cumprir o plantio, enquanto o município necessita dessas mudas para atender suas responsabilidades de compensação. A senhora Pollyana fez a seguinte pergunta: "Quando não há área disponível para plantar no local onde ocorreu a supressão, a secretaria ou os técnicos não indicam áreas para que o empreendedor possa realizar o plantio?" O senhor Rogério respondeu explicando que atualmente há uma dificuldade quanto à disponibilidade de áreas públicas. Caso o empreendedor não possua área particular, a secretaria vem trabalhando uma proposta junto à Secretaria de Habitação — órgão responsável pela gestão das áreas públicas. A ideia é criar um **banco de áreas**, identificando terrenos que não serão utilizados para implantação de equipamentos públicos, como creches, UPAs ou outras estruturas. Assim, pretende-se mapear áreas remanescentes, incluindo trechos de mata ciliar e afluentes do Rio Tamanduateí, para que possam ser indicadas como opções de plantio. Rogério informou ainda que a Secretaria de Habitação está sendo acionada para apresentar esse conjunto de áreas potenciais. Ele



FOLHA DE INFORMAÇÃO

acrescentou que, no dia anterior, ocorreu uma reunião com a Secretaria de Serviços Urbanos, Obras e Meio Ambiente para organizar o plantio de aproximadamente **1.400 árvores**, destinado a atender uma compensação da CETESB relacionada à construção de uma EMEI realizada há cerca de 20 anos. Segundo ele, esse processo havia ficado pendente e a equipe só recentemente tomou conhecimento da necessidade de cumprir essa compensação. Rogério acrescentou que foi bastante difícil encontrar uma área pública que comportasse todo esse plantio, pois muitas áreas são estratégicas para o governo sob a perspectiva do desenvolvimento urbano. Por esse motivo, está sendo realizado um inventário para identificar quais áreas realmente podem ser destinadas ao plantio, embora esse levantamento ainda não esteja concluído. Ele destacou que, para realizar as compensações ambientais e dar continuidade às ações e programas da secretaria — como o Árvore da Minha Vida, recuperação de mata ciliar e diversas outras iniciativas — é necessário manter um estoque adequado de mudas. Informou também que o controle de entrada e saída dessas mudas está sendo digitalizado e aperfeiçoado, por meio do sistema ACTO. Rogério mencionou ainda que há um TCA em andamento cujo valor, embora não muito elevado, é de aproximadamente 29 mil reais. Esse recurso será utilizado para implantar dois ou três jardins de abelhas sem ferrão, ação que também se enquadra nas diretrizes ambientais. Nesse caso, houve uma conversão do termo, que deixou de ser destinado à doação de mudas e passou a ser aplicado na prestação de serviços e aquisição de equipamentos — modalidade permitida pelo decreto municipal. Pollyana afirma: "A preocupação é que a proporção entre doação e plantio é muito desequilibrada. Estamos desmatando muito a cidade e não vemos uma compensação equivalente". Rogério complementa: "Temos um dado de quase 20 mil árvores plantadas de 2020 até agora — metade por iniciativa própria, por meio de nossos programas, e a outra metade proveniente de TCAs. Não tenho esse número totalmente detalhado, mas podemos fazer um levantamento comparando o que foi suprimido e o que foi plantado. Acredito que o período mais crítico tenha sido entre 2017 e 2020, quando houve uma perda significativa de vegetação em áreas de APM. E essa supressão não veio de empresas; ao que tudo indica, foi resultado de ocupações clandestinas. Naquele período, a cidade praticamente fechou os olhos, e é possível que tenhamos perdido até um terço das nossas áreas de APM. Aí sim considero que houve um impacto ambiental agressivo, causado por ocupações irregulares e



FOLHA DE INFORMAÇÃO

por uma gestão que, de certa forma, permitiu o desmatamento. O município de Mauá firmou, em 2022, um convênio com o Estado, o GFI, por meio do qual temos realizado ações integradas com as sete cidades da região. Também participamos de um programa estadual — que, se não me engano, é coordenado pelo Sandro — que utiliza imagens de satélite. Na última reunião do Conselho, que ocorre em dezembro, precisamos apresentar um resumo anual, e podemos aproveitar esse momento para consolidar os dados e verificar, de fato, o quanto foi suprimido e o quanto foi plantado". Outra questão levantada na reunião anterior foi sobre o programa Município Verde e Azul. Nesse sentido, Rogério informou que foi marcada uma reunião com todas as secretarias envolvidas no programa, com o objetivo de ampliar o engajamento de cada pasta dentro de sua área de atuação. **Rogério apresentou alguns outros informes:**

- para que os conselheiros tomassem ciência dos ofícios encaminhados à G & V, solicitando a substituição dos membros Graziele Santana Silva e Vergilio Augusto Caetano, bem como dos representantes da OAB, Vandréa Pereira da Costa e Liliana Rondelli Fuentes, em razão de terem acumulado três faltas consecutivas sem justificativa;
- Os relatórios das ações da Secretaria de Meio Ambiente já foram encaminhados por e-mail a todos os conselheiros;
- dia 29 de outubro foi o último dia da publicação do chamamento e, parece que houve apenas uma inscrição. A comissão composta por servidores efetivos irá se reunir para avaliar essa inscrição, mas tudo indica que o processo poderá ser declarado deserto. Porém, quem define o desfecho final é a própria comissão. O Conselho será informado, e então o poder público tomará uma decisão sobre essa questão".

Encerrando sua explanação sobre os temas remanescentes da reunião de 31 de outubro de 2025, Rogério passa a palavra para Thiago realizar a segunda apresentação do Programa Município Verde Azul. Antes disso, Rogério justifica a ausência do Secretário e Presidente do Conselho, Sr. Reinaldo, que estava em outro compromisso. Thiago inicia dizendo: "Na quinta-feira que vem acontecerá uma reunião com as secretarias envolvidas no Programa, porque grande parte das tarefas que não conseguimos pontuar dependia de outras secretarias. Por exemplo, há duas tarefas que não conseguimos responder por dependerem da Secretaria de Governo, relacionadas a licitação e contratos de locação de veículos.



FOLHA DE INFORMAÇÃO

Outras cinco tarefas dizem respeito à Secretaria de Defesa Civil, principalmente no que se refere ao plano regional de adaptação climática e ações educativas, como oficinas das quais os técnicos participam. Acredito que esses trabalhos existam, mas não conseguimos comprovar. Por isso, essa reunião da próxima semana servirá para organizar, junto às secretarias, a reunião de todos os documentos necessários para comprovação das ações, de forma que, quando chegar julho, já esteja tudo sistematizado. Não conseguimos contato com a SABESP e duas tarefas dependiam deles, referentes ao relatório executivo de saneamento, que dependia tanto da SABESP quanto da BRK. Com a BRK nunca tivemos problemas, sempre recebemos resposta; já a SABESP nunca respondeu. Precisamos identificar quem é o ponto de contato entre a Prefeitura e a SABESP para solicitarmos esses documentos. Todos os municípios reclamam da dificuldade de conseguir retorno de lá". Rogério complementa que, havendo deliberação do Conselho, pode-se encaminhar um e-mail com cópia para a ARSAE, a agência reguladora, informando sobre a dificuldade de contato com a SABESP. Thiago prossegue: "Há seis tarefas que dependem da Secretaria de Serviços Urbanos, relacionadas à coleta de resíduos volumosos e resíduos da construção civil. Temos o programa Cata Bagulho na cidade, o que permitiria que pontuássemos, mas enfrentamos dificuldades para obter relatórios. Se a Secretaria de Serviços Urbanos se comprometesse a produzir esses relatórios ao longo de todo o ano, isso resolveria a questão. Precisamos de alguém responsável por consolidar essas informações. Cada uma das secretarias — Mobilidade Urbana, Educação, Defesa Civil, Governo, Serviços Urbanos, Planejamento Urbano, Segurança Alimentar e Meio Ambiente — tem tarefas atribuídas que contribuem para a pontuação. Temos boas chances de melhorar bastante no próximo ano". Rogério faz uma nova colocação: "Além da reunião de quinta-feira, seria importante realizar encontros bimestrais envolvendo os segmentos. Por exemplo: na Secretaria de Meio Ambiente, quem cuida das nascentes é o Sérgio, então ele viria para a reunião; Educação Ambiental é responsabilidade da Cilene, e assim garantimos que haja um responsável por cada tarefa ligada ao Programa. Vamos encaminhar isso para definirmos as pessoas responsáveis, aquelas a quem poderemos cobrar os relatórios". Encerrando sua fala, Thiago inicia sua segunda explanação sobre o Programa, abordando a diretiva 8, que trata da Arborização Urbana. Após a exposição, Rogério agradece a presença de todos e encerra a reunião. Estando todos de acordo, assinam esta Ata:





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

PROCESSO

FOLHA

RUBRICA

FOLHA DE INFORMAÇÃO

José Rogério Moreira Santana

Katia Regina dos Santos

Roberto Bergamaschi

João Sandro dos Santos

Pollyana Ferreira da Silva

Osmar dos Santos

Waldecir Gonçalves Soares

Maria Mônica M. dos Santos